

-----ACTA N.º 188-----

----- Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de dois mil e sete, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara. -----
  - 2 – Período de antes da Ordem do Dia. -----
  - 2.1 – Correspondência. -----
  - 2.2 – Intervenções. -----
  - 3 – Ordem do Dia. -----
  - 3.1 – 2ª Revisão do Orçamento. -----
  - 3.2 – Taxas do IMI. -----
  - 3.3 – Derrama. -----
  - 3.4 – TMDP. -----
  - 3.5 – Auditor Externo - Nomeação. -----
  - 4 – Outros assuntos: A assembleia aprovou incluir o seguinte assunto: -----
  - 4.1 – Voto de Pesar. -----
  - 5 – Período destinado ao público. -----
- Eram cerca das dezassete horas e quinze minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----
- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que verificasse se havia quórum e procedesse à chamada. -----
- Depois de realizada a chamada, verificou-se a presença dos membros: -----
- 1) Albano de Amaral e Macedo; -----
  - 2) Alexandre Fernandes Tavares; -----
  - 3) António Fernando da Silva Dias; -----
  - 4) Alexandre Paulo Tavares Machado, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Rocas do Vouga; -----
  - 5) António Rodrigues Ferreira; -----
  - 6) Claudino da Fonseca Soares; -----
  - 7) David da Silva Alves; -----
  - 8) Edgar Jorge Ribeiro da Silva; -----
  - 9) Fernando da Silva Oliveira; -----
  - 10) Francisco Furtado de Menezes Veloso Ferreira; -----
  - 11) Harolde Soares da Silva Balaias; -----
  - 12) João Pereira Henriques; -----
  - 13) Joaquim Zacarias Paulino Gabriel; -----
  - 14) José Dias da Silva; -----
  - 15) José Loureiro dos Anjos; -----
  - 16) José Luís da Silva e Almeida; -----
  - 17) José Manuel Barbosa de Almeida e Costa; -----
  - 18) José Tavares Batista Braga; -----
  - 19) José Tavares Coutinho; -----
  - 20) Júlio Martins Fernandes; -----
  - 21) Manuel Henriques Soares; -----
  - 22) Maria Elisabete Martins Henriques; -----

- 23) Nuno Miguel Matos Silva; -----  
24) Paula Cristina Vaz dos Santos; -----  
25) Rui Manuel Batista Rocha; -----  
26) Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes. -----

----- Foram registadas as faltas dos membros Ana Paula Tavares Amador Hadden, Rafael Ferreira Matos e Severo Mendes Pereira. -----

----- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 187, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. –

----- A acta da sessão anterior foi aprovada por maioria, com a abstenção de Joaquim Zacarias Paulino Gabriel, que entregou à mesa uma declaração de voto, arquivada junto dos documentos desta sessão. De igual modo, o membro Joaquim Zacarias, entregou a declaração de voto referida na acta anterior, sobre a sua votação da acta n.º 186. -----

**-----1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara -----**

----- O presidente da câmara informou que atendendo ao facto da informação ter sido enviada juntamente com os documentos de suporte dos assuntos que irão ser debatidos nesta sessão, poderia ser dispensada a leitura da informação escrita. Contudo, estaria ao dispor para prestar qualquer esclarecimento sobre as matérias exaradas nessa informação. -----

----- Seguidamente, foi aberto um período para a intervenção dos membros presentes que desejassem colocar questões acerca da informação exarada no mencionado documento. Assim, foram anotadas as seguintes intervenções: -----

----- de Joaquim Zacarias, que procedeu à leitura de parte da informação sobre o QREN, designadamente, onde o senhor presidente da câmara refere não ter reproduzido o Plano de Acção, por ser composto por 44 páginas e seria publicado no Boletim Municipal. O membro Joaquim Zacarias opinou que talvez fosse mais barata a reprodução que a publicação no Boletim Municipal. O presidente da câmara deu conhecimento que esse documento fora publicado na página do Município e, em princípio, não será necessário publicar no boletim municipal. -----

----- Continuando, o membro Joaquim Zacarias devido à referência efectuada quanto à atribuição de bolsas de estudo a alunos carenciados, perguntou se a lista também foi publicitada na página do Município. O presidente da câmara informou que essa lista foi afixada nos lugares de estilo através de edital – edifício dos paços do concelho e sedes das freguesias. -----

----- Sobre as obras por administração, referiu que vem sendo recorrente a indicação da execução de trabalhos identificados como sendo em “vários locais” ou outras designações semelhantes. Sugeriu que fossem particularizados e devidamente identificados esses locais, para que a assembleia pudesse, dentro das competências que lhe são cometidas, exercer o seu dever de fiscalização. -----

----- de Albano Macedo, que questionou qual era o caminho dos bombeiros. Isto porque as demais são identificadas como ruas – Rua da Casa da Aldeia, por exemplo – e são semelhantes à Rua dos Bombeiros. Embora concordando com o colega Joaquim Zacarias, quanto uma correcta identificação das obras por administração directa, opinou que não deveriam constar do documento, por saberem que são pequenas obras de reparação ou manutenção. -----

----- Também, sobre o documento em apreciação, referiu que, em relação ao assunto “Marketing Empresarial”, é referido no impresso apenas que se iniciou, hoje, esta iniciativa. Contudo, como esse documento não aparece datado, fica sem saber qual é o momento reportado. Informou, também, que no final do ano, deverá ser apresentado um relatório sobre esta actividade e, se não for indicada aquela

data, fica-se sem saber qual a data do seu início. O presidente da câmara informou que a funcionária da AGIM executou, certamente, o documento na data de início deste evento, que deverá ser reportado à data da cerimónia realizada para a sua divulgação. -----

## -----2 - Período Antes da Ordem do Dia-----

### ----- 2.1 – Correspondência -----

----- do Município de Oliveira de Azeméis, sobre o procedimento de delimitação administrativa – envio de relatório. O presidente da assembleia municipal deu conhecimento aos membros presentes que todos os documentos, tanto o relatório como a demais documentação, estão disponíveis para consulta, nos serviços administrativos desta autarquia. -----

----- Seguidamente, o presidente da assembleia informou ter solicitado ao director de departamento, para dar apoio na elaboração de um projecto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. Assim, solicitou à assembleia que, individualmente ou em grupos parlamentares, analisassem o documento elaborado e apresentassem sugestões de modo a ser remetido aquele projecto de regulamento para ser apreciado na próxima sessão, de modo a dar-se cumprimento ao que se encontra previsto no Decreto-Lei n. 33/98, de 18 de Julho. -----

Para o efeito, referiu que iria falar com os líderes de cada bancada, com vista a ser combinada uma forma de ser realizado este trabalho. -----

----- Seguidamente, foram abertas as inscrições dos membros que desejassem intervir no período de antes da ordem do dia. -----

### ----- 2.3 – Intervenções. -----

----- Foram registadas as seguintes inscrições, para este período: Rui Rocha, José Braga, José Dias, Joaquim Zacarias, Albano Macedo e Francisco Ferreira, que intervieram na seguinte sequência: -----

----- **Rui Rocha** – Abordou, novamente, a necessidade de asfaltamento do caminho do Pisão, na freguesia de Paradela. Solicitou que a câmara municipal realizasse esse trabalho, considerando que a freguesia está a exercer actividades da competência do município, por exemplo, no âmbito do primeiro ciclo. -----

Aproveitou para perguntar, na sequência das questões que lhe foram colocadas, onde será efectuado o encerramento ao trânsito nos acessos à via ciclável, na zona de Paradela. -----

Outra questão, que se prendeu com a prova de futebol inter-freguesias, destinada a crianças, perguntando de quem foi a organização e referiu não ter corrido bem, talvez por culpa da organização ou dos intervenientes. Mas, na verdade, a equipa da freguesia de Paradela foi irradiada e a Junta de Freguesia não foi ouvida ou informada desse facto, concluiu Rui Rocha. Nesse contexto, solicitou que fosse informado do motivo dessa irradiação. -----

----- **Manuel Soares** – Sobre o pequeno caminho – de Pisão – informou ter estado com as gentes daquele lugar e tê-los informado que o asfaltamento estaria para breve. -----

Em relação às competências exercidas pela junta de freguesia cometidas à câmara municipal, referiu o presidente da câmara que, em princípio, estaria a referir-se aos encargos com o transporte de crianças do primeiro ciclo - de escolas desactivadas. Sobre esse assunto informou que, inicialmente, a câmara tinha deliberado apoiar em 50% como era hábito em situações semelhantes. Mas, informou que essa situação já tinha sido alterada, de modo a ser participado esse encargo na sua totalidade, porque derivava da estruturação do ensino do primeiro ciclo, decorrente do encerramento da escola de Carrazedo. -----

Quanto aos acessos à pista ciclável, informou que poderiam se trocadas impressões com a junta de freguesia, por forma a escolher-se a melhor solução, considerando que uma hipótese partiria pela sinalização, com circulação reservada a moradores, nas zonas de acesso às moradias e colocação de marcos a impedir o trânsito a partir do troço sem passagens para as habitações. -----

Em relação à prova desportiva, onde houve alguma celeuma, lamentou o comportamento das pessoas adultas que deram um mau exemplo, através de palavras ofensivas e insultos, dando um péssimo ensinamento para as crianças. Seguidamente, deu a palavra ao vereador do pelouro para completar o esclarecimento dado acerca da última questão. -----

**António Coutinho** – Aproveitou para acrescentar algumas notas. Tais como, o facto de nenhuma freguesia ter sido directamente notificada. Isso porque, cada freguesia designou, à partida, um representante e responsável por cada equipa. Portanto, as informações e notificações eram-lhe remetidas directamente. Concluiu que, em princípio, se estava a referir à reclamação apresentada pela freguesia de Paradela, sobre a utilização indevida de atletas por outra freguesia. Sobre essa situação, informou o vereador que a utilização desses atletas foi solicitada no início do torneio e teve a anuência dos responsáveis das duas freguesias, na condição de poder participar a freguesia que necessitava daqueles atletas, que estudam numa escola dessa mesma freguesia. -----

**José Braga** – Começou por agradecer ao presidente da câmara a conclusão da Estrada de Lourizela. Recordou o compromisso de serem colocadas as grades nos locais para onde foram solicitadas. -----

Prosseguiu, dizendo, que a rectificação da “Estrada de Rocas a Couto de Esteves” começou na mesma altura da “Estrada de Lourizela” e, contudo, ainda não está concluída, com alguns trabalhos por executar. Perguntou para quando estava prevista a colocação da segunda camada de pavimento, sugerindo que fosse colocada uma camada nos terrenos que, entretanto, foram negociados e tiveram, recentemente, algumas intervenções e apresentam-se em “terra batida”. -----

Seguidamente, falou no caminho de acesso ao lugar do Fojo, na freguesia de Silva Escura, para dizer que do cruzamento abaixo das instalações da empresa A.Silva Matos até ao referido lugar não há iluminação pública, configurando-se como uma estrada muito estreita e sem bermas e valetas, obrigando a andar a pé as gentes desse lugar, designadamente, quando pretendem se deslocar para a vila. Na sequência do exposto, aproveitou para indicar a necessidade de ser colocada novamente a estrutura da paragem de autocarros, que existia nos Padrões.-----

Voltou a falar da necessidade de ser recolocada a sinalização horizontal na curva em Nogueira – Estrada do Poço de Santiago à Vila. -----

Informou que a energia eléctrica no pavilhão polidesportivo não tem a intensidade suficiente para acender todos os holofotes. Referiu também a necessidade de ser substituído o telhado do referido equipamento desportivo. -----

Por último, procedeu à leitura do requerimento que entregou ao presidente da mesa da Assembleia Municipal, arquivado junto dos documentos desta sessão. -----

**Manuel Soares** – Começou a sua resposta por dizer que lhe aprazia o reconhecimento demonstrado pela população de Lourizela, na sequência da conclusão da beneficiação da estrada entre Couto de Esteves e aquele lugar da mesma freguesia. -----

Em relação à estrada de ligação entre Rocas e Couto de Esteves referiu que, de forma diferente do projecto de Lourizela, naquela empreitada está prevista a colocação de duas camadas de betuminoso – uma de regularização, mais a camada

final. Continuou, dizendo que esta estrada apresenta uma plataforma com pelo menos sete metros em toda a sua extensão, havendo apenas um único sítio onde será necessário que os automobilistas tenham algum cuidado, mais concretamente, no lugar de Irijó, onde há uma parcela de terreno em aquisição litigiosa e indispensável para a conclusão da obra. -----  
Seguidamente, informou que já tinha sido colocada a iluminação pública na estrada do Fojo. -----

Quanto à paragem de autocarro nos Padrões, informou haver um processo litigioso a decorrer e o Município não pode colocar a infra-estrutura antes da decisão final. – Sobre o pavilhão informou que, a empreitada concluída recentemente, incluía apenas a beneficiação dos balneários e não incluía a substituição da cobertura. Em relação à energia eléctrica, informou que já se verificavam falhas ao nível da iluminação antes das obras que foram realizadas. O vice-presidente – António Coutinho – informou que foram verificadas deficiências ao nível da iluminação devido à má utilização, ou seja, as pessoas que tinham autorização para utilizar as instalações ligavam todos os holofotes ao mesmo tempo, quando deveriam fazê-lo de forma faseada, atempadamente, para ser-lhes dado o tempo necessário para aquecerem. Agora, foram dadas instruções para serem ligados apenas pelo pessoal da autarquia. -----

Por ultimo, sobre o requerimento lido, o presidente da câmara, teceu as seguintes considerações: a) aquilo que foi referido no seio do órgão executivo, foi feito com a intenção de todos os procedimentos serem transparentes e do conhecimento público; b) a situação apresentada resultou da discussão verificada sobre o licenciamento do Pingo Doce; c) desconhece se o senhor Manuel da sociedade Martinox faça parte da actual lista, sabendo que fazia parte da lista no anterior mandato; d) na sequência dessa intervenção e de a obra ter começado, mais tarde, foi levantado o problema numa reunião da câmara municipal e não foi enganado qualquer vereador, porque depois de ser levantado o problema do Pingo Doce, em conversa com os serviços da autarquia é que veio a tomar conhecimento que tinham aprovado esses projectos, que nuns casos já tinham sido iniciadas as obras e noutros tinham sido feitos pequenos acrescentos e, provavelmente, nalguns casos, numa altura em que ainda não era presidente da câmara. Continuou, dizendo que os serviços, detectaram várias situações, designadamente, no licenciamento de oficinas de automóveis, na sequência dos processos instaurados pela brigada do ambiente, que obrigaram ao licenciamento de construções realizadas há décadas e têm de efectuar agora as respectivas alterações. Essas alterações obrigaram os proprietários a fazer as devidas regularizações por não estarem de acordo com o projecto e todos sabem que temos aprovado a regularização de mercearias, talhos e comércio similares. -----

Na sequência desta explicação, informou que as construções realizadas antes de Abril de 1986, fora da zona abrangida pelo RGEU, ou seja, área da vila, não careciam de licenciamento e, certamente, muitas das situações invocadas foram realizadas sem qualquer projecto ou licença. Agora, com as fiscalizações e outras acções, são obrigados a proceder à regularização das situações existentes. -----  
Informou que a empresa MartiferInox foi construída há muitos anos, e na sequência de uma inspecção levada a efeito por responsáveis do Ministério da Economia e Ambiente, apresentar um projecto para legalizar todas as construções antigas e, numa conversa que teve com o responsável pelo serviço do urbanismo, tomou conhecimento que no processo da MartiferInox, sobre a ampliação das instalações,

verificou-se a existência de construções antigas as quais, portanto, foram regularizadas através deste licenciamento. -----

Em relação à empresa Seveme, informou que tinha tudo licenciado, menos um projecto de arquitectura aprovado, cuja construção já tinha sido iniciada e, consultando os serviços jurídicos da autarquia, tomou conhecimento que, não tendo havido qualquer denuncia ou constatação pelos serviços de fiscalização, a partir do em momento que deu entrada o pedido de licenciamento e projecto de arquitectura já não há volta a dar, porque há boa fé do interessado em regularizar essa situação, passando a ser extemporânea qualquer sanção a aplicar. -----

Por último, disse que poderiam enviar, para o Ministério Público, todos os casos que citou, porque esclarecia convenientemente, todas as situações apontadas, caso fosse chamado para o efeito. -----

Quanto aos casos indicados de Couto Esteves, solicitou que ficasse bem entendido por todos os membros que os serviços informaram não haver qualquer ilegalidade. Dizendo que, aliás há certidões da Junta de Freguesia a atestar que existiam construções anteriores a uma determinada data. E, portanto, informou estar tranquilo com essa situação, porque ao haver irregularidades e sanções, certamente, recairão sobre as pessoas que emitiram essas certidões. Também, informou que se vier a concluir-se que as reconstruções feitas naquele lugar carecem de licenciamento, proceder-se-á de igual modo para com as demais situações existentes, com declarações apenas aos respectivo processos e, provavelmente, já não teria a mesma opinião. Concluiu, dizendo que, se isso acontecer, dará o mesmo tratamento às demais situações. -----

**José Luis Almeida** – Solicitou a palavra, por ter sido referido no requerimento lido, informando que na qualidade de cidadão não prescinde dos seus direitos. Assim, aproveitou para solicitar uma cópia do requerimento de modo a poder responder à situação apontada. -----

O presidente da assembleia municipal informou que ficava registado em acta que o membro José Luis Almeida solicitou a entrega de uma cópia do requerimento. -----

**José Dias** – Começou por apresentar a sua satisfação pela conclusão da rectificação da Estrada de Lourizela, obra que toda a gente desejava ver concluída há muito tempo, considerando compreensível a demora verificada na sua execução. -----

Aproveitou para solicitar que fosse colocado tapete na estrada da Ribeirada à Ermida, antes do inverno. -----

Recordou o compromisso de ser realizado o abastecimento de água ao lugar de Couto de Baixo. -----

Sobre a beneficiação de caminhos, porque foi adjudicada uma empreitada abrangendo cinquenta caminhos, considerou que certamente incluiria a beneficiação dos caminhos de Couto de Baixo, Amiais e Catives. -----

Por ultimo, sugeriu que houvesse uma intervenção na zona de entrada de Couto de Esteves, bem como, junto às escolas, de modo a ser feito um arranjo urbanístico. ---

**Manuel Soares** – Sobre a estrada Ribeirada/Ermida informou que está a decorrer bem, mas não sabia se a pavimentação vai ser realizada dentro do prazo previsto ou se haverá a necessidade de ser alterada a programação inicial. Isto porque esta empreitada teve como suporte um contrato-programa, com uma participação pequena e teve de ser lançada para não se perder esse financiamento. Portanto, dependerá dos recursos a obter. -----

Seguidamente, informou que a referida empreitada de cinquenta caminhos inclui várias requalificações, tais como, a colocação de tapete entre o Cruzeiro até à Cerqueira e Catives, cuja obra, em função do seu volume de investimento, tem um

prazo de dois anos, com procedimento realizado, mas falta cabimentar. Foi lançada a concurso com o objectivo de ser financiada através de um contrato-programa. ----  
Informou que a estrada de Couto de Baixo não está incluída naquela empreitada, porque terá de levar a rede de água em toda a sua extensão. Foi confirmado que estava a ser elaborado um projecto para essa obra. -----

As demais situações indicadas foram anotadas, concluiu o presidente da câmara. ---  
**Joaquim Zacarias** – Começou por informar que era com mágoa que aqui registava o tom inquisitório e de ameaça vindo da bancada do PS sobre o requerimento apresentado pelo membro José Braga, por parte de um elemento que foi presidente da comissão política do Partido Socialista, neste momento demissionário, sendo de lamentar o tom ameaçador com que se dirigiu ao presidente desta assembleia municipal, solicitando-lhe os nomes das pessoas que subscreveram aquele documento. -----

Seguidamente, dirigindo-se ao presidente da câmara municipal, informou que iria abordar alguns pontos, sobre os quais desejava uma resposta. -----

Assim, perguntou, qual o ponto de situação: -----

- da nova E.B.3.2; -----
- do processo litigioso sobre os “Acessos ao Rio Vouga”; -----
- do parque de estacionamento junto à antiga “Pensão Bela Vista” (também, um assunto litigioso, que demora anos e anos, nesta autarquia, enquanto que noutras autarquias situações semelhantes se resolvem mais rapidamente); -----
- sobre o funcionamento dos sanitários públicos, junto ao edifício dos Paços do Concelho, convidando os membros a fazerem uma visita às suas instalações; -----
- dos arranjos exteriores no Bairro Social da Bela Vista; -----
- sobre a limpeza de valetas e bermas na vila e zonas limítrofes, onde parece ter parado há dois anos; -----
- sobre a ETAR das Talhadas; -----
- para saber porque continuam a haver despejos junto à ETAR de Sever do Vouga;
- sobre a limpeza das bermas na ex-EN16, entre a “Ponte do Abade” e Fontelas, conforme pedido efectuado por um cidadão nesta assembleia municipal. Aproveitou para solicitar a limpeza das valetas e bermas daquela estrada, entre Fontelas e a Foz. -----

Informou que, o espaço junto às garagens construídas pelo Município, próximo da Residencial “O Cortiço”, está completamente sujo – com papeis e plásticos – apresentando uma imagem deplorável para quem escolhe aquela residencial para pernoitar ou se debruçar da Avenida e olhar para a rampa e zona de acesso às referidas garagens até ao Centro Cívico. -----

Perguntou se o executivo teve conhecimento da suspensão da ligação feita em autocarro entre Sever e Águeda. -----

Informou que, no dia 4 deste mês de Setembro, houve uma descarga para o Rio Vouga, a montante, cujos dejectos pararam junto ao açude da Cascalheira. Sugeriu que se deveria averiguar quem fez essa descarga, para se evitar a poluição do rio, considerado uma mais valia deste concelho. -----

Continuando, informou ter ouvido um membro do Vouga Sport Clube, numa reunião do órgão executivo, a solicitar ao presidente da câmara municipal a remoção dos pendões existentes nos postes, alguns dias antes de terem realizado a actividade integrada na FICAVOUGA. Perguntou, agora, porque razão perduram por tanto tempo aqueles pendões, após a realização do evento, e não há pressa em retirá-los. Considerou que, como são colocados logo após terem recebido

autorização para esse efeito, também deveriam fazer a sua recolha após a realização do evento, porque teria um melhor efeito de publicitação da actividade. -----

Seguidamente, apresentou uma situação relacionada com o traçado da passagem do IC35 por Sever do Vouga. Sobre este assunto, lembrou as palavras ditas pelo presidente da assembleia municipal numa sessão passada, onde disse que iria solicitar por escrito ao presidente da câmara municipal, na reunião a realizar com o Secretário de Estado, que pedisse mais informação sobre os dois traçados, tais como, informação técnica, de custos e de prazo de execução para, numa próxima sessão, este órgão se debruçar mais seriamente sobre este projecto. Assim, desejou que o presidente da assembleia municipal respondesse à referida situação. -----

Acerca do IC35 e para começar, na comunicação escrita do presidente da Câmara à Assembleia Municipal de 24-02-2006, é referido o seguinte: “IC35 – Decorreu no dia 04-11-2005, na Câmara Municipal de Sever do Vouga, uma reunião entre a Câmara Municipal, o EPE, a Direcção de Estradas de Aveiro e a ENGIVIA – Consultores da Engenharia, S.A. e ARQPAIS – Consultores de Arquitectura Paisagística e Ambiente, Lda., para auscultar a opinião da Câmara e dar a conhecer as hipóteses de traçado do IC35 no concelho de Sever do Vouga, de modo a que possa ser articulado com o traçado a escolher nos outros concelhos (entre a zona do nó de Talhadas/IP5 e Castelo de Paiva/IP4). -----

O estudo prévio para a escolha dos traçados e avaliação de impacte ambiental já foi entregue à ENGIVIA, que tem o prazo de 15 meses para apresentar uma proposta à EP (Estradas de Portugal), de modo a que, escolhido o traçado do Estudo Prévio, a EP possa depois lançar os concursos para os projectos seguinte, nomeadamente o projecto definitivo/projecto de execução. -----

Duas hipóteses estão em cima da mesa: uma passando a nascente do concelho e outra a poente. Foi transmitido, durante a reunião, pela Câmara Municipal que a solução a nascente é a mais viável. -----

Esta era também a posição da Câmara, face à filosofia do PRN (Plano Rodoviário Nacional), que indicia que a construção do IC35 deve ser feita pelo interior/nascente dos quatro Municípios abrangidos (Castelo de Paiva, Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga), de modo a servir-se melhor uma mancha sem qualquer infraestrutura rodoviária incluída na rede nacional de estradas. -----

Foi-nos, no entanto, dito que o IC deve passar sempre próximo das sedes dos respectivos concelhos, de modo a ter nós de amarração relativamente próximos e com ligações curtas a essas sedes, pelo que a solução a nascente (a natural e defendida pela EP) terá sempre que passar próximo da Vila de Sever do Vouga. Esta solução a nascente levaria, no entender dos técnicos, à construção de dois nós de ligação à EN 328, um na zona do Centro de Saúde (margem direita do Vouga) e outro na zona de Penouços (margem esquerda), permitindo um acesso à Zona Industrial de Cedrim e à Pista do Roçário. -----

Uma outra solução (para já de execução remota como nos foi dito pela EP) seria estudar um corredor que, a partir do concelho de Vale de Cambra, derivasse para poente, aproveitando-se um troço do IC2, que deve ser construído de raiz, de modo a retirar o traçado da zona urbana de Pinheiro da Bemposta e Branca, derivando para Sever do Vouga por baixo do Folharido e depois estudar um corredor que levasse o IC às proximidades do nó de Talhadas. -----

Mas tudo não passa ainda de ideias, corredores possíveis, mas não adquiridos. -----

Os estudos vão avançar de modo a que, face às características acidentadas do terreno, seja escolhida a solução que for económica e ambientalmente melhor e que

respeite a filosofia do PRN que é, fundamentalmente, ligar o IP4 ao IP5 através dos quatro concelhos do interior do distrito de Aveiro.” -----

Continuou, dizendo que há relativamente pouco tempo, o senhor presidente da câmara municipal dizia o que foi lido e, agora, não entendia a mudança de opinião, recordando e criticando as justificações apresentadas. Sobre este assunto, informou que a alternativa B, não pode ser comparada com a alternativa A (por ser coincidente com a actual EN328), mas por um outro traçado que viesse de Junqueira até Sanfins (Rocas do Vouga) até Couto de Esteves, de forma a beneficiar Sanfins e a Zona Industrial de Irijó, viesse a ter entroncamento junto à zona do centro de saúde da vila e, daí para a freguesia de Paradela, Cedrim e Talhadas. Considerou, ser o traçado que interessaria a Sever do Vouga. E, a partir de Sever do Vouga, como consta do projecto do grupo do PSD, quando tivessem hipótese, fariam surgir uma estrada rápida de ligação ao nó de Carvoeiro. Nesse sentido, informou que a bancada do PSD resolveu fazer um abaixo-assinado a distribuir à população, sem ser distribuído antes de se dar conhecimento na assembleia municipal. Por último, procedeu à leitura do aludido documento. -----

**Almeida e Costa** – Agradeceu o honroso convite para assinar o abaixo-assinado em primeiro lugar, mas alertou para os motivos que levaram a trazer esse estudo à assembleia municipal, acrescentando que jamais foi solicitado aos órgãos colegiais do Município que se pronunciassem sobre aquele estudo prévio. Justificando, tratar-se de uma simpatia que as Estradas de Portugal tiveram em mandar o estudo para esta entidade, que nem sequer era consultivo. No entanto, considerou serem correctas as tomadas de posições. -----

Quanto ao pedido de informação exarado na última acta, informou que ainda não existiam estudos técnicos, de custos e de prazos de execução, motivo pelo qual não a entregou aos membros deste órgão. -----

**Manuel Soares** – Respondendo, informou que em relação à primeira parte da intervenção do membro Joaquim Zacarias, nada iria falar, porque foram tomadas as notas necessárias, nomeadamente, quanto às limpezas, ao estado dos sanitários públicos e outras situações indicadas. -----

Sobre as demais, referiu o seguinte: -----

Construção da nova E.B.2.3 – Encontra-se prevista a sua implantação numa zona não afecta à construção de equipamentos, abrangida pela Reserva Agrícola e Ecológica, que levou ao procedimento de suspensão do Plano de Urbanização naquela zona, conforme proposta aprovada pelo presente órgão, para se poder ultrapassar o óbice de não ser permitida a construção naquele espaço. Informou, ter-se conseguido já a desafecção dos terrenos da REN e RAN, onde se pretende construir o arruamento e implantar a escola. Agora, está-se à espera que por despacho do conselho de ministros seja decretada a suspensão do plano. Mas, existe um segundo problema, relacionado com a aquisição dos terrenos, onde a maioria já concordou com a cedência, mas existe um que não concorda e é proprietário da maior parcela a adquirir. Concluiu, dizendo, ser este o ponto de situação deste projecto. -----

Acção sobre os “Acessos ao Rio Vouga” – Informou que o impasse na resolução deste processo não se deve ao facto do processo ser de Sever do Vouga, mas dos problemas verificados no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, que apesar das diligências efectuadas pela advogada que está à frente deste processo, para saber qual o ponto de situação, tomou conhecimento, em resposta dada amavelmente pelo juiz, que tinha em mãos quase cinco mil processos para resolver.

Estacionamento junto à antiga “Pensão Bela Vista” – Comunicou não haver alguma expropriação a decorrer no Município. Mas, que foi sugerida essa aquisição à Direcção de Estradas de Aveiro e, no caso de ser realizada a obtenção desse terreno, se faça um protocolo com esta autarquia para podermos realizar um estacionamento naquele espaço. -----

IC35 – Quanto aos dois traçados informou ter apresentado esse estudo à câmara e assembleia municipal, com a intenção de haver debate e apresentação das opiniões que houvesse, num gesto de transparência para se responder à informação solicitada, mas já tinha sido informado que não o deveria ter feito, porque se pretendia, somente, auscultar os municípios, de modo a poderem receber informação sobre eventuais condutas de gás ou vestígios arqueológicos que pudessem situar-se nas zonas indicadas nos dois traçados. Concluiu dizendo que poder-se-iam reunir vários abaixo-assinados ou outras posições a tomar pelos órgãos colegiais, que em nada influenciarão a entidade que escolherá o traçado, porque a escolha será efectuada, exclusivamente, pela APA – Associação Portuguesa do Ambiente e, provavelmente, não será escolhido nenhum dos dois que foram apresentados. Finalmente, informou ter sido apresentada informação no âmbito de um estudo de impacto ambiental e recolha de dados, não havendo qualquer estudo prévio ou projecto, servindo esta informação para os municípios abrangidos poderem incluir estas soluções nos PDM's que estarão, porventura, em fase de revisão. -----

**Albano Macedo** – Iniciou, transmitindo ao presidente da assembleia municipal que, devido ao adiantado da hora, cumpria-lhe informar que a bancada do PS utilizou três minutos na defesa da honra e cinco minutos numa intervenção, desejando que tomasse a devida nota e, oportunamente, comesçassem a trabalhar em conformidade com o previsto no regimento. -----

Seguidamente lembrou que, no passado dia 26 de Setembro, decorreu um seminário de apresentação do trabalho realizado no âmbito da Agenda 21, com a designação “Um retrato do concelho” para preparar um futuro melhor. Assim, referiu, antes de mais e dada a importância do seminário, porque os assuntos em análise eram e são de elevada importância para o futuro do concelho, então teria algumas preocupações: 1º A elevada ausência de pessoas que pertencendo à sociedade civil, primam pela ausência e, depois, são os primeiros a criticar que não se pensa no desenvolvimento e futuro do nosso concelho; 2º O elevado interesse dos temas abordados, dos quais muitos deveriam servir para esta assembleia municipal se debruçar sobre os mesmos e inclui-los numa oportuna ordem de trabalhos, tais como: - pontos negativos e fragilidades do concelho; - o problema da mobilidade de pessoas com dificuldades (onde seria importante não se esperar por estudos e projectos, para se iniciar já um trabalho de gestão de alguns estacionamentos e criar novos lugares para o mesmo fim); - o abandono de terrenos, conservação, limpeza e manutenção da floresta; 3º A dificuldade de fixação de jovens no concelho; 4º O desemprego feminino muito elevado (mais do que o dobro do masculino); 5º Isolamento da população mais idosa; 6º Urgência na construção da nova E.B.2.3. -----

Continuando, disse, outra preocupação que deveria ser para todos é o facto da diminuição da população residente, tendo em conta a linha de tendência, que aponta para 11.500 pessoas, daqui a 25 anos, com uma diminuição prevista de 12%. -----

Depois da apresentação destes dados, concluiu-se o seguinte, que passou a citar: “O futuro é incerto, contudo, as acções de hoje podem contribuir para diminuir essa

incerteza do amanhã. Pois, Sever do Vouga poderá inverter algumas das tendências, que são espectáveis para o concelho. Mas, principalmente, deverá ambicionar melhores condições de vida para os que optam por manter-se ou fixar-se neste concelho – implicando conhecer correctamente como serão e onde estão ou estarão os habitantes de Sever do Vouga”. No entanto, referiu mais, que só com empenho e responsabilidade de todos os membros da assembleia é que podem ser estimuladas melhores condições para o futuro do concelho. Também, que só com o empenho dos autarcas e de todos sem excepção é que podem ser melhoradas as condições e tornarem-se as aldeias e freguesias deste concelho mais atractivas, para os empresários e comerciantes, estimulando e agilizando as condições dos locais de trabalho e propiciar novas indústrias, novas empresas e novos estabelecimentos. Portanto, é necessário que todos, em parceria, possamos promover o desenvolvimento equilibrado do concelho, uma vez que Sever do Vouga a exemplo de outros concelhos rurais e de interior, sempre cresceu de uma forma espontânea. Assim, é necessário que uma estrutura urbana promova o equilíbrio da composição urbanística, respeitando a continuidade espacial e estabelecendo uma correcta ligação com o espaço envolvente e o ambiente. Paralelamente, dever-se-iam estimular a expansão de uma base industrial, local e regional, que tirando partido das acessibilidades, sem descurar como é óbvio as potencialidades lúdicas e turísticas existentes no concelho. Outro dos objectivos, dizia respeito aos recursos agro-florestais assinalados no documento como um elemento chave para a promoção e desenvolvimento sustentável do concelho de Sever do Vouga. Voltou a referir a conclusão do seminário, já referida antes, com um tom de esperança. ----- Para finalizar, apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Magalhães Mota, considerando que esta morte se traduz na perda de uma figura marcante da democracia pós 25 de Abril e pelo processo da conquista da democracia antes da “Revolução dos Cravos”. -----

**Francisco Ferreira** – Principiou, dizendo que seria breve na sua intervenção porque será abordada apenas uma situação muito específica, decorrente da afirmação dita pelo presidente da câmara, na sequência do requerimento que foi apresentado, e relacionada com os problemas na REN. Continuou, dizendo que, como o presidente da câmara sabe, é uma das suas competências ordenar a demolição de todas as situações ilegais existentes na Reserva Ecológica Nacional, sejam elas quais forem. Referiu que, das palavras do presidente da câmara retira-se a ideia de existirem determinadas situações na REN e que, para além das que foram referidas, ainda existirão outras afectas a pessoas não referidas, mas também terá conhecimento dessas situações. Portanto, o que se exige do presidente da câmara é que actue sobre aquelas que são do seu conhecimento, dentro das competências legais que lhe são atribuídas e, para além disso, peça aos serviços que averiguem outras circunstâncias que possam existir, para agir em conformidade. Para concluir, solicitou ao presidente da câmara que informasse quais eram as situações que se estava a referir e, caso não tivesse conhecimento de quaisquer situações, solicitasse aos serviços para procederem a averiguações, de modo a poder actuar em conformidade. -----

**Manuel Soares** – Respondeu que, provavelmente, o membro Francisco Ferreira não tinha compreendido a sua intervenção, porque a questão se prende com o facto de se saber se as construções feitas na REN são ou não legais, atendendo à circunstância da Reserva Ecológica Nacional ter sido criada em Outubro de 1997. -

Deu como exemplo o centro do lugar de Nogueira, onde existem construções recentíssimas, de mais ou menos quinze anos, realizadas na REN, cujos terrenos foram desafectados. -----

A questão está em sabermos se as construções já existiam antes de ser constituída a REN e após a sua regulamentação. E além disso, fora da área da sede do concelho, só passou a ser obrigatório o licenciamento a partir de 1986, com a aprovação do Código de Posturas. -----

Portanto, caso se confirme estarem ilegais, é obvio que terão de ser demolidas, afirmou o presidente da câmara, explicando que essa situação seria para todos os casos que se confirmassem, sem qualquer excepção, sendo o que pretendia dizer antes, concluindo a sua resposta. -----

Seguidamente, foi realizado um curto intervalo, antes de começar o período da ordem do dia. -----

Os membros António Ferreira e Rui Rocha ausentaram-se e não participaram nos restantes trabalhos da ordem do dia. -----

### ----- 3 - Ordem do Dia -----

-----**3.1 – 2ª Revisão do Orçamento:** - Seguidamente, o presidente da Câmara Municipal, sucintamente, prestou os esclarecimentos necessários sobre o documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, sobre a 2ª Revisão Orçamental de 2007, que compreende a 2ª Revisão do Orçamento de Receita, com um reforço do orçamento em 389.200,00€ (trezentos e oitenta e nove mil e duzentos euros), o Orçamento de Despesa com inscrições e reforços num total de 722.475,00€ (setecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco euros) e anulações num total de 333.275,00€ (trezentos e trinta e três mil, duzentos e setenta e cinco euros), o Plano Plurianual de Investimentos com um acréscimo de 242.450,00€ (duzentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta euros) e o Plano de Actividades com um decréscimo de 1.000,00€ (mil euros). -----

Esta revisão orçamental foi aprovada, por maioria, com 19 (dezanove) votos a favor: de Albano Macedo, Alexandre Tavares, António Dias, Paulo Alexandre, Belmiro Marques, Claudino Soares, David Alves, Edgar Silva, João Henriques, José Silva, José Loureiro, José Luis Almeida, José Almeida e Costa, José Coutinho, Júlio Fernandes, Manuel Soares, Nuno Silva, Paula Santos e Silvério Gomes; e 2 (duas) abstenções: dos membros Joaquim Zacarias e José Braga. -----

Estavam ausentes e não participaram na apreciação e votação deste ponto os membros: Fernando Oliveira, Francisco Ferreira, Harolde Balaias e Maria Elisabete Henriques. -----

-----**3.2 – Taxas do IMI:** - Após as explicações dadas pelo presidente da câmara sobre a proposta aprovada pelo órgão executivo e não havendo qualquer inscrição dos membros presentes para intervir sobre a proposta de fixação das taxas do IMI para vigorarem no próximo ano, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta da Câmara Municipal, para serem fixadas as taxas a que referem, as alíneas b) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, que aprovou o Código do IMI. A proposta foi aprovada, por maioria, com 24 (vinte e quatro) votos a favor: de Albano Macedo, Alexandre Tavares, António Dias, Paulo Alexandre, Belmiro Marques, Claudino Soares, David Alves, Edgar Silva, Fernando Oliveira, Harolde Balaias, João Henriques, Joaquim Zacarias, José Silva, José Loureiro, José Luis Almeida, José Almeida e Costa, José Braga, José Coutinho, Júlio Fernandes, Manuel Soares, Mª Elisabete Henriques, Nuno Silva, Paula Santos e Silvério Gomes; e 1 (uma) abstenção: do membro Francisco Ferreira. -----

Com a proposta aprovada, foram fixadas as seguintes taxas do IMI, para 2008, nos termos do artigo 112º: -----

a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----

b) Prédios urbanos: 0,7%; -----

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,4%.-----

**-----3.3 – Derrama:** - Seguidamente, foi apreciada a proposta apresentada pelo órgão executivo, aprovada na reunião do dia 27 de Agosto deste ano, destinada ao lançamento de uma derrama para o ano de 2008, no valor de 1,5%, nos termos do que se encontra previsto no artigo 14º da Lei das Finanças Locais, aprovada através da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro. -----

O presidente da câmara prestou os esclarecimentos sobre a proposta apresentada, aproveitando para explicar as alterações que irão ser reflectidas neste imposto municipal, designadamente, sobre uma redução de 40% na colecta conforme demonstração apresentada no verso do documento distribuído pelos membros. -----

Colocada à votação a proposta apresentada pelo órgão executivo, a mesma foi aprovada por maioria, de acordo com a seguinte votação: Votos a favor – 22 (vinte e dois), de Albano Macedo, Alexandre Tavares, António Dias, Paulo Alexandre, Belmiro Marques, Claudino Soares, David Alves, Edgar Silva, Fernando Oliveira, Harolde Balaias, João Henriques, José Silva, José Loureiro, José Luis Almeida, José Almeida e Costa, José Coutinho, Júlio Fernandes, Manuel Soares, Mª Elisabete Henriques, Nuno Silva, Paula Santos e Silvério Gomes; 1 (uma) abstenção, do membro Francisco Ferreira, e 2 (dois) votos contra, dos membros Joaquim Zacarias e José Braga. -----

**-----3.4 – TMDP:** - Para efeitos do que se encontra previsto no n.º 2, do art.º 123º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, conjugado com o Regulamento n.º 38/2004, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de Setembro, o órgão executivo aprovou na reunião do passado dia 27 de Agosto, uma proposta para ser fixada, novamente, a Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem no seu valor máximo, ou seja, em 0,25%, para vigorar no ano de 2008. -----

Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pelo órgão executivo. -----

**-----3.5 – Auditor Externo – Nomeação:** - Depois da introdução realizada pelo presidente da câmara e esclarecimento das dúvidas colocadas pelo membro Francisco Ferreira, designadamente, sobre o procedimento de consulta, foi colocado este ponto à votação, tendo a Assembleia Municipal, nomeado por maioria o auditor externo Dr. Helder Manuel Martins Pereira, para cumprimento do estabelecido no n.º 2, do art.º 48º da nova Lei das Finanças Locais, aprovada através da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro. -----

A proposta apresentada pelo órgão executivo teve a seguinte votação: Votos a favor – 20 (vinte), de Albano Macedo, Alexandre Tavares, António Dias, Paulo Alexandre, Belmiro Marques, Claudino Soares, David Alves, Edgar Silva, Fernando Oliveira, Harolde Balaias, João Henriques, José Silva, José Loureiro, José Luis Almeida, José Almeida e Costa, Júlio Fernandes, Mª Elisabete Henriques, Nuno Silva, Paula Santos e Silvério Gomes; 3 (três) abstenções, do membro Joaquim Gabriel, José Coutinho e Manuel Soares; e 2 (dois) votos contra, dos membros Francisco Ferreira e José Braga. -----

**----- 4 – Outros assuntos:** Foi apresentada a seguinte proposta. -----

**----- 4.1 – Voto de Pesar –** Através do membro Albano Macedo foi entregue uma proposta de apresentação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Magalhães Mota. -----

Depois de lida pelo membro Albano Macedo, a proposta foi colocada à votação tendo sido aprovada com 25 (vinte e cinco) votos a favor. -----

----- **5 – Período destinado ao público** -----

Não foi registada qualquer intervenção do público. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----

---

---